

PDS define posição: deputados votam hoje contra a Emenda



O voto no DF foi discutido em reunião no auditório da Associação Comercial

Vice-líder é dissidente

— Há certos pontos no meu mandato dos quais eu não abro mão e, um deles é a representação política para o Distrito Federal. Por isso, votarei favoravelmente a Emenda do deputado Alceu Collares (PDT-RS). É uma lástima que meu partido não esteja pensando como eu. A afirmação é do vice-líder do governo na Câmara, deputado Edson Lobão (MA) feita na última terça-feira à noite, no auditório da Associação Comercial do DF (ACDF), por ocasião do debate sobre a representação política para o Distrito Federal.

Edison Lobão deu entrada no início deste ano, em um projeto de Emenda à Constituição, no qual os portadores de título eleitoral do DF passam a poder votar nos candidatos de qualquer estado do Brasil. Segundo o deputado, a sua preferência é de que a Emenda Collares seja aprovada antes do seu projeto.

Criou-se então uma polêmica. Os outros deputados presentes ao debate: Alceu Collares, Maurício Fruet (PMDB-PR), Epitácio Cafeteira (PMDB-MA) Aldo Fagundes (PMDB-RS) e Pimenta da Veiga (PMDB-MG), contestaram que a Emenda Lobão não devolve os direitos políticos aos brasileiros, pois eles passariam a votar, mas nunca seriam votados.

Durante todo o debate, Lobão tentou rebater todas as acusações dos parlamentares da oposição, dizendo que não se pode culpar o governo de ser o autor de todos os problemas que afligem a população brasileira.

A afirmação de Lobão foi fortemente criticada por Alceu Collares: "Quem está decidindo tudo, dentro do Congresso Nacional, há muitos anos é o partido do governo, que ainda tem a maioria".

"O povo de Brasília deve prosseguir na luta pela representação política, pois nada se consegue sem o poder de pressão ou sem o poder de barganha", aconselhou Collares que também sugeriu: "Poderia ser criado um tribunal popular onde os parlamentares que não comparecerem ou votam em contra a representação política, fossem julgados e condenados pela população de Brasília, por crime de omissão. Esta seria uma forma de pressão até que venhamos a conseguir tudo que precisamos".

— O brasileiro tem que exigir, em vez de pedir, a representação política. O que vemos hoje, é uma Comissão do DF, existente no Senado Federal, que não presta contas a ninguém. Portanto, não tem legitimidade e nem tão pouco é representativa. A liderança do governo não é capaz de dizer a seus parlamentares para rejeitarem este projeto comparecendo em plenário dizendo não. O que acontece, é o PDS se omitindo, não comparecendo, e no final falam que a Emenda não foi aprovada por falta de quorum", afirmou Alceu

Collares. "Não vamos esmorecer. Se esta Emenda não for aprovada, faremos outra e mais outra até conseguirmos alcançar o nosso objetivo", apelou o parlamentar.

500 MIL VOTOS

Epitácio Cafeteira, autor da última Emenda sobre a representação política no DF, prejudicada por decurso de prazo, em abril deste ano, disse que é "totalmente absurdo Brasília não ter representantes eleitos diretamente pelo povo, se tem cerca de 500 mil eleitores. Isto significa que Brasília tem mais eleitores do que o Acre tem de população, e este estado tem três representantes no Senado e seis na Câmara dos Deputados."

— O PDS não entende que as eleições no DF poderiam ser altamente vantajosas para o partido. Se fosse lançada a candidatura de Aimé Lamaison e Jofran Frejat (secretário de Saúde), por exemplo para o Senado, logicamente eles seriam eleitos, pois durante anos foi feita uma "propaganda" gratuita dessas pessoas, enquanto que os candidatos da oposição são praticamente desconhecidos, explicou Cafeteira.

"A sociedade brasileira é marcada por profundos contrastes", afirmou o deputado Aldo Fagundes. "Lembro-me que li num jornal da cidade, na época da inauguração da piscina de ondas, que as crianças da Ceilândia estavam tomando a merenda escolar nas mãos, porque não havia condições de serem comprados pratos", disse o deputado.

MOBILIZAÇÃO

Maurício Fruet comunicou que o Comitê Nacional pela Autonomia Municipal (Conam) está concentrando, nos últimos dez dias, suas atividades na mobilização de parlamentares para que a Emenda Collares seja aprovada.

O Comitê pelo Voto colocará à disposição da população cinco ônibus, saindo às 17 horas, cada um deles de uma cidade-satélite em direção ao Congresso Nacional. O presidente da Associação Comercial do DF, Lindberg Aziz Cury, pedirá a todos os empresários que funcionem as suas lojas com o menor número possível de funcionários para que estes possam comparecer às galerias da Câmara hoje. As 18 horas, será realizada uma passeata de automóveis, saindo da Catedral, em direção ao Congresso, da qual qualquer pessoa poderá participar.

Ao terminar o debate, o representante da Federação dos Jornalistas, Armando Rolemberg, criticou as posições contrárias à representação política e pediu que o presidente da ACDF e o empresário Karim Nabuto lançassem suas candidaturas ao Senado Federal. "pois são homens altamente conhecidos do público brasileiro".

O líder do PDS na Câmara, Cantídio Sampaio, confirmou na tarde de ontem a orientação do partido do governo, contrária à proposta de Emenda à Constituição, nº 38, de autoria do deputado Alceu Collares (PDT-RS), que cria a representação política no Distrito Federal. A proposta será votada hoje pelo Congresso Nacional, em sessão convocada para às 19 horas.

Cantídio, que anteontem deixara entrever uma possibilidade de que a opção do voto ficasse a critério dos próprios parlamentares, diz que «ainda não é hora» de o Distrito Federal ter seus representantes políticos, embora concorde que cedo ou tarde será restabelecido o direito de voto à população da capital.

O PDS, de acordo com o que o líder deixou claro, não está ainda preocupado com o saldo negativo que vem acumulando cada vez que impede a aprovação de projetos estabelecendo a representação política para o DF.

Com isso, tornam-se mais escassas as chances de aprovação da Emenda nº 38, que, segundo admite o próprio Alceu Collares, só pode contar com dez ou doze votos dissidentes do PDS, o que é insuficiente. Para ser aprovada, a Emenda deverá ter 211 votos favoráveis na Câmara e 35 no Senado.

EXPECTATIVA

Sem demonstrar muito otimismo, Collares dizia ontem ter pelo menos a expectativa de que haja quorum na votação de hoje, «e naturalmente, possamos aprovar a proposta». Mas os líderes dos partidos de oposição, a nível regional, aglomerados em torno do Comitê pelo Voto, mostravam-se mais otimistas ontem, elaborando extensas listas de nomes pedessistas comprometidos ou não com a tendência de dar um voto favorável. Baseando-se na certeza de que todos os parlamentares opositores votarão favoravelmente, «porque é esta a orientação dos partidos», o Comitê pelo Voto não se surpreendeu com a orientação contrária do PDS.

«Isso já era esperado», afirma Maerle Ferreira Lima, presidente da Comitativa Regional do PMDB, «mas confiamos na dignidade dos parlamentares, no fato de que eles se encontram nesta Casa através do voto e não poderiam agora votar contra isso». Como para confirmar esta tese, o deputado do PDS, Hugo Napoleão (PI) afirmava que ainda tentaria hoje pleitear com a liderança a liberação da orientação partidária. A mesma posição também era adotada pelo deputado Leão Belém (PDS-CE).

REPRESALIAS

Para forçar esta adesão do PDS, o Comitê pelo Voto cumprirá sua promessa de enviar a todos os Estados, através das entidades de classe, como associações e sindicatos, a lista dos parlamentares que votaram — a favor ou contra — e, também dos que estiveram ausentes. Isto, segundo Carlos Alberto Lima Torres, presidente do Comitê, fará com que o parlamentar pense em suas bases, de onde depende a continuidade de sua vida política, antes de dar um voto contrário.

Ao mesmo tempo, cumprindo o compromisso assumido com o Comitê, as lideranças oposicionistas escalaram funcionários antes exclusivamente para telefonar aos parlamentares, localizando-os na própria Câmara ou



Luiz Antonio

Cantídio diz que ainda não é hora em suas residências e lembrando a necessidade de aprovação desta Emenda. «Não se pode desperdiçar um único voto oposicionista», afirmava a chefia de gabinete do líder do PMDB na Câmara, Odacir Klein.

O problema, segundo os oposicionistas, é que a Emenda está sendo colocada em votação numa época magra no Congresso, quando os parlamentares se encontram em seus Estados para receber as filiações partidárias ou prestigiar futuros candidatos, uma vez que o prazo se encerra no próximo dia 15. E o caso, por exemplo, do senador Marcos Freire (PMDB-PE) que se encontra em Recife e deverá voltar na tarde de hoje a Brasília exclusivamente para comparecer à votação, e retornando a Recife novamente amanhã pela manhã.

Também o deputado Elquisson Soares (PMDB-BA) contratou um advogado para atender um cliente em Salvador, com quem ele tinha uma audiência hoje. «O Odacir avisou logo cedo que ia tentar trazer quem estivesse fora e não deixar sair quem está aqui».

CAUTELA

Ao mesmo tempo em que se desenvolve um extenso trabalho junto a parlamentares do PDS, o Comitê pelo Voto prefere agir com cautela, sem citar nomes. Assim, não permitiu ontem a divulgação de uma lista que, até às 17 horas, já chegava a 25 nomes de pedessistas comprometidos com o voto favorável. De acordo com orientação dos próprios parlamentares, a divulgação dos nomes poderia facilitar o trabalho de pressão exercido pela direção do partido.

A EMENDA COLLARES

A proposta de Alceu Collares foi apresentada à Mesa da Câmara ainda em 13 de novembro de 1980 (um ano amanhã), antes, portanto, da votação da Emenda Cafeteira, derrotada por apenas 22 votos em abril passado. Em março deste ano, ela foi enviada ao Senado, que a devolveu ao autor e só foi novamente remetida ao Senado, em 8 de abril, com as assinaturas exigidas, já completas. Mas a Comissão Mista que a analisou só foi formada em 17 de agosto, tendo prazo para apresentar parecer até 15 de setembro. Por duas vezes, em 14 de setembro e em 14 de outubro, o presidente da Comissão, Mauro Benevides, pediu prorrogação de prazo, alegando que o parecer, então em mãos do deputado Isaac Newton (PDS-RO) precisava de mais tempo para ser elaborado. No último dia 5, a proposta de Alceu Collares chegou ao plenário do Congresso sem parecer da Comissão e não foi votada por falta de quorum.